



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Comissão de Viação e Transportes

REQUERIMENTO Nº , DE 2013.  
(Do Sr. Hugo Leal)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os dados apresentados no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União – TCU, no que diz respeito à qualidade das obras rodoviárias concluídas nos anos de 2011 e 2012 geridas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exa., sejam convidados para comparecer em audiência pública da Comissão de Viação e Transportes o *Sr. Arsênio José da Costa Dantas, Secretário da Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias – SecobRodov, do Tribunal de Contas da União – TCU* e o *Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes - DNIT*, bem como o representante a ser designado pela Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR, para discutir os dados apresentados no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União – TCU, no que diz respeito à qualidade das obras rodoviárias concluídas nos anos de 2011 e 2012 geridas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.



## JUSTIFICAÇÃO

No último dia 27/02/2013 no plenário do Tribunal de Contas da União - TCU foi aprovada a auditoria (TC-030.410/2012-6), que avaliou a qualidade dos serviços executados em onze rodovias recém-concluídas, sob a gestão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

O relator do processo foi o ministro José Múcio Monteiro que em seu relatório analisou a matéria sob dois aspectos de qualidade:

- a) Avaliação Estrutural: que analisou a adequação do pavimento para resistir às solicitações impostas.
- b) Avaliação Funcional: que analisou o conforto e a segurança da condição de superfície do pavimento.

A análise estrutural constante desta auditoria revelou que, nove das onze obras apresentaram problemas de resistência, que alcançou cerca de 408 quilômetros dos trechos analisados. Já a análise funcional demonstrou problemas em cinco obras, que representa aproximadamente 83 quilômetros.

Além disso, foi constatado que todos estes problemas ocorreram prematuramente, haja vista que surgiram em média de sete meses após a conclusão dos serviços para os defeitos estruturais e catorze meses para os defeitos funcionais.

O montante fiscalizado nas 11 rodovias selecionadas para a auditoria, em oito estados, alcançou o valor total de R\$ 741.358.242,38. Conforme estimativa apontada pela auditoria, somente para corrigir os problemas verificados na estrutura das estradas, o DNIT precisará gastar R\$ 159 milhões, ou seja, o correspondente a 21,4% do valor das obras.

Como conclusão apresentada a esta grave situação detectada pela auditoria, os ministros do TCU decidiram que o DNIT deverá apresentar um



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Viação e Transportes**

estudo com “parâmetros mínimos de aceitabilidade de obras rodoviárias de construção, adequação e restauração”, assim como também a apuração da responsabilidade das empreiteiras contratadas, “diante dos serviços mal executados” e “reparação das falhas construtivas”.

Dante deste quadro preocupante apresentado pela auditoria do Tribunal de Contas da União, conto com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação deste requerimento que resultará na realização de Audiência Pública objetivando discutir e esclarecer alguns pontos apresentados no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União – TCU, no que diz respeito à qualidade das obras rodoviárias concluídas nos anos de 2011 e 2012 geridas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Sala da Comissão, de março de 2013.

**Deputado HUGO LEAL**

**PSC/RJ**